Entrevista

Bresser-Pereira e a tentativa de erguer uma nação dos escombros

Carta Capital, 17/04/2017

O economista e ex-ministro explica o objetivo de seu manifesto por um projeto de desenvolvimento econômico, político, social e ambiental

Arquivo/Marcos Mendez

'O que queremos? Um Brasil que volte a ser uma nação e tenha um projeto de desenvolvimento'

As reuniões aconteceram ao redor de uma sólida mesa de madeira de 6 metros de comprimento por 1,5 metro de largura numa ampla sala na zona oeste de São Paulo. Na coordenação, o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira. No centro dos debates, a questão nacional.

Ao longo dos últimos meses, economistas, empresários, advogados, sociólogos, embaixadores, artistas e políticos discutiram a dramática situação do País e propostas para a retomada do crescimento consistente, com inclusão e independência. Das conversas nasceu o manifesto Projeto Brasil Nação. "Três substantivos unidos que dizem bem o que queremos: um Brasil que

volte a ser uma nação e tenha um projeto de desenvolvimento econômico, político, social e ambiental", afirma Bresser-Pereira na entrevista a seguir. O País, aponta o documento (disponível ao fim do texto), enfrenta um desmonte, com desnacionalização, sufocamento da indústria e destruição de direitos. Em poucos dias, o manifesto, disponível no site www.bresserpereira.org.br, obteve mais de 150 adesões. Entre os signatários, o ex-chanceler Celso Amorim, o escritor Raduan Nassar, o cantor Chico Buarque, o engenheiro Mario Bernardini e o ator Wagner Moura. **CartaCapital:** Como surgiu o movimento Projeto Brasil Nação? Luiz Carlos Bresser-Pereira: O movimento nasceu de uma iniciativa da jornalista Eleonora de Lucena, que foi editora-executiva da Folha de S.Paulo por muitos anos. Ela me procurou em dezembro e manifestou sua preocupação com o que tem acontecido com o Brasil. E lembrou a imensa leitura que alcançou a minha entrevista, feita por ela em fevereiro de 2015, na Folha, na qual eu dizia que o País estava tomado pelo ódio. Concordei com ela, e disse que deveríamos iniciar um movimento político para devolver ao Brasil a ideia de nação. Hoje, em vez de uma nação coesa em busca da democracia e da justiça social, como éramos nos anos 1980, somos uma sociedade dividida, na qual um governo nascido de um golpe parlamentar tenta impor ao povo uma política liberal radical. Hoje, em vez de uma economia que cresce fortemente a uma taxa superior a 4 % ao ano, somos desde 1980 uma economia semiestagnada, crescendo menos de 1%.

CC: E essa situação nos coloca em que patamar?

LCBP: Estamos diante de uma crise econômica de longo prazo, agravada pela descoberta de um amplo esquema de corrupção envolvendo empresas, políticos, lobistas e funcionários de empresas estatais. Diante de uma crise moral e política que abriu espaço para um liberalismo radical moralista, como nunca havia visto. Uma verdadeira luta de classes de cima para baixo. Dado esse diagnóstico geral, realizamos uma série de reuniões para redigir o manifesto que agora estamos tornando público.

CC: Qual o objetivo do texto?

LCBP: O manifesto visa lançar o movimento Projeto Brasil Nação, três substantivos unidos que dizem bem o que queremos: um Brasil que volte a ser uma nação e tenha um projeto de desenvolvimento econômico, político, social e ambiental. A nação brasileira foi forte e soberana pela última vez nos anos 1980, quando nos unimos para realizar a transição democrática e aprovar uma bela Constituição. Em seguida, começou a divisão, pois os liberais a viram como excessivamente social, envolvendo uma carga tributária alta demais, e

porque boa parte dos brasileiros perdeu a ideia de nação diante da hegemonia ideológica do liberalismo internacional.

CC: Qual a consequência?

LCBP: O Brasil, desde 1990, por meio da abertura comercial, da abertura financeira, das privatizações de monopólios públicos e de uma política de altos juros e câmbio apreciado crônica e ciclicamente, passou a ter um regime de política econômica liberal, desindustrializou-se e cresceu a uma taxa *per capita* equivalente a um quarto da registrada no regime anterior, desenvolvimentista. No período em que o PT esteve no poder (2003-2015), houve tentativas de mudanças, mas fracassaram. Diante desse quadro, entendemos que precisávamos de um documento que não fosse uma simples manifestação de protesto e indignação contra o atual governo nem pretendesse ser um projeto para o Brasil que cobrisse todos os campos. Precisávamos de um documento que enunciasse valores e definisse apenas uma das áreas desse projeto, a econômica.

Daí nasceram os cinco pontos econômicos do projeto: 1. Regra fiscal que não seja mera tentativa de reduzir o tamanho do Estado à força, como é a atual regra; 2. Taxa de juros mais baixa, semelhante àquela de países de igual nível de desenvolvimento; 3. Superávit em conta corrente necessário para que a taxa de câmbio assegure competitividade para as empresas industriais eficientes; 4. Retomada do investimento público; e 5. Reforma tributária que torne os impostos progressivos. Enfim, precisávamos de um programa que fosse uma clara alternativa ao populismo cambial combinado com desrespeito aos direitos sociais. O manifesto define essa alternativa.

CC: Quais os próximos passos?

LCBP: São dois: obter pela internet um grande número de assinaturas para o documento. E conversarmos com os partidos políticos e movimentos sociais que estiverem interessados em esclarecer e aprofundar as questões e as políticas descritas no manifesto. É importante assinalar que o movimento Projeto Brasil Nação não é partidário nem pretende ter a chave para todas as questões. É um movimento de cidadãos que quer mostrar que existe uma alternativa para o Brasil, uma alternativa que poderá unir trabalhadores, empresários e classe média em torno das ideias de nação, desenvolvimento econômico, diminuição das desigualdades e proteção do ambiente.

Manifesto do Projeto Brasil Nação

O Brasil vive uma crise sem precedentes. O desemprego atinge níveis assustadores. Endividadas, empresas cortam investimentos e vagas. A indústria definha, esmagada pelos juros reais mais altos do mundo e pelo câmbio sobreapreciado. Patrimônios construídos ao longo de décadas são desnacionalizados.

Mudanças nas regras de conteúdo local atingem a produção nacional. A indústria naval, que havia renascido, decai. Na infraestrutura e na construção civil, o quadro é de recuo. Ciência, cultura, educação e tecnologia sofrem cortes.

Programas e direitos sociais estão ameaçados. Na saúde e na Previdência, os mais pobres, os mais velhos, os mais vulneráveis são alvo de abandono.

A desigualdade volta a aumentar, após um período de ascensão dos mais pobres. A sociedade se divide e se radicaliza, abrindo espaço para o ódio e o preconceito.

No conjunto, são as ideias de nação e da solidariedade nacional que estão em jogo. Todo esse retrocesso tem apoio de uma coalizão de classes financeiro-rentista que estimula o país a incorrer em deficits em conta corrente, facilitando assim, de um lado, a apreciação cambial de longo prazo e a perda de competitividade de nossas empresas, e, de outro, a ocupação de nosso mercado interno pelas multinacionais, os financiamentos externos e o comércio desigual.

Esse ataque foi desfechado num momento em que o Brasil se projetava como nação, se unindo a países fora da órbita exclusiva de Washington. Buscava alianças com países em desenvolvimento e com seus vizinhos do continente, realizando uma política externa de autonomia e cooperação. O país construía projetos com autonomia no campo do petróleo, da defesa, das relações internacionais, realizava

políticas de ascensão social, reduzia desigualdades, em que pesem os efeitos danosos da manutenção dos juros altos e do câmbio apreciado.

Para o governo, a causa da grande recessão atual é a irresponsabilidade fiscal; para nós, o que ocorre é uma armadilha de juros altos e de câmbio apreciado que inviabiliza o investimento privado. A política macroeconômica que o governo impõe à nação apenas agravou a recessão. Quanto aos juros altíssimos, alega que são "naturais", decorrendo dos déficits fiscais, quando, na verdade, permaneceram muito altos mesmo no período em que o país atingiu suas metas de superávit primário (1999-2012).

Buscando reduzir o Estado a qualquer custo, o governo corta gastos e investimentos públicos, esvazia o BNDES, esquarteja a Petrobrás, desnacionaliza serviços públicos, oferece grandes obras públicas apenas a empresas estrangeiras, abandona a política de conteúdo nacional, enfraquece a indústria nacional e os programas de defesa do país, e liberaliza a venda de terras a estrangeiros, inclusive em áreas sensíveis ao interesse nacional.

Privatizar e desnacionalizar monopólios serve apenas para aumentar os ganhos de rentistas nacionais e estrangeiros e endividar o país.

O governo antinacional e antipopular conta com o fim da recessão para se declarar vitorioso. A recuperação econômica virá em algum momento, mas não significará a retomada do desenvolvimento, com ascensão das famílias e avanço das empresas. Ao contrário, o desmonte do país só levará à dependência colonial e ao empobrecimento dos cidadãos, minando qualquer projeto de desenvolvimento.

Para voltar a crescer de forma consistente, com inclusão e independência, temos que nos unir, reconstruir nossa nação e definir um projeto nacional. Um projeto que esteja baseado nas nossas necessidades, potencialidades e no que queremos ser no futuro. Um projeto que seja fruto de um amplo debate.

É isto que propomos neste manifesto: o resgate do Brasil, a construção nacional.

Temos todas as condições para isso. Temos milhões de cidadãos criativos, que compõem uma sociedade rica e diversificada. Temos música, poesia, ciência, cinema, literatura, arte, esporte – vitais para a construção de nossa identidade.

Temos riquezas naturais, um parque produtivo amplo e sofisticado, dimensão continental, a maior biodiversidade do mundo. Temos posição e peso estratégicos no planeta. Temos histórico de cooperação multilateral, em defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção.

O governo reacionário e carente de legitimidade não tem um projeto para o Brasil. Nem pode tê-lo, porque a ideia de construção nacional é inexistente no liberalismo econômico e na financeirização planetária.

Cabe a nós repensarmos o Brasil para projetar o seu futuro – hoje bloqueado, fadado à extinção do empresariado privado industrial e à miséria dos cidadãos.

Nossos pilares são: autonomia nacional, democracia, liberdade individual, desenvolvimento econômico, diminuição da desigualdade, segurança e proteção do ambiente – os pilares de um regime desenvolvimentista e social.

Para termos autonomia nacional, precisamos de uma política externa independente, que valorize um maior entendimento entre os países em desenvolvimento e um mundo multipolar.

Para termos democracia, precisamos recuperar a credibilidade e a transparência dos poderes da República. Precisamos garantir diversidade e pluralidade nos meios de comunicação. Precisamos reduzir o custo das campanhas eleitorais, e diminuir a influência do poder econômico no processo político, para evitar que as instituições sejam cooptadas pelos interesses dos mais ricos.

Para termos Justiça precisamos de um Poder Judiciário que atue nos limites da Constituição e seja eficaz no exercício de seu papel. Para termos segurança, precisamos de uma polícia capacitada, agindo de acordo com os direitos humanos.

Para termos liberdade, precisamos que cada cidadão se julgue responsável pelo interesse público.

Precisamos estimular a cultura, dimensão fundamental para o desenvolvimento humano pleno, protegendo e incentivando as manifestações que incorporem a diversidade dos brasileiros.

Para termos desenvolvimento econômico, precisamos de investimentos públicos (financiados por poupança pública) e principalmente investimentos privados. E para os termos precisamos de uma política fiscal, cambial socialmente responsáveis; precisamos juros baixos e taxa de câmbio competitiva; e precisamos ciência e tecnologia.

Para termos diminuição da desigualdade, precisamos de impostos progressivos e de um Estado de bem-estar social amplo, que garanta de forma universal educação, saúde e renda básica. E precisamos garantir às mulheres, aos negros, aos indígenas e aos LGBT direitos iguais aos dos homens brancos e ricos.

Para termos proteção do ambiente, precisamos cuidar de nossas florestas, economizar energia, desenvolver fontes renováveis e participar do esforço para evitar o aquecimento global.

Neste manifesto inaugural estamos nos limitando a definir as políticas públicas de caráter econômico. Apresentamos, assim, os cinco pontos econômicos do Projeto Brasil Nação.

- 1 Regra fiscal que permita a atuação contracíclica do gasto público, e assegure prioridade à educação e à saúde
- 2 Taxa básica de juros em nível mais baixo, compatível com o praticado por economias de estatura e grau de desenvolvimento semelhantes aos do Brasil
- 3 Superávit na conta corrente do balanço de pagamentos que é necessário para que a taxa de câmbio seja competitiva
- 4 Retomada do investimento público em nível capaz de estimular a economia e garantir investimento rentável para empresários e salários que reflitam uma política de redução da desigualdade
- 5 Reforma tributária que torne os impostos progressivos

Esses cinco pontos são metas intermediárias, são políticas que levam ao desenvolvimento econômico com estabilidade de preços, estabilidade financeira e diminuição da desigualdade. São políticas que atendem a todas as classes exceto a dos rentistas.

A missão do Projeto Brasil Nação é pensar o Brasil, é ajudar a refundar a nação brasileira, é unir os brasileiros em torno das ideias de nação e desenvolvimento – não apenas do ponto de vista econômico, mas de forma integral: desenvolvimento político, social, cultural, ambiental; em síntese, desenvolvimento humano. Os cinco pontos econômicos do Projeto Brasil são seus instrumentos – não os únicos instrumentos, mas aqueles que mostram que há uma alternativa viável e responsável para o Brasil.

Estamos hoje, os abaixo assinados, lançando o Projeto Brasil Nação e solicitando que você também seja um dos seus subscritores e defensores.

30 de março de 2017

Subscritores originais

- LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, economista
- ELEONORA DE LUCENA, jornalista
- CELSO AMORIM, embaixador
- RADUAN NASSAR, escritor
- CHICO BUARQUE DE HOLLANDA, músico e escritor
- MARIO BERNARDINI, engenheiro
- ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, físico
- ROBERTO SCHWARZ, crítico literário
- PEDRO CELESTINO, engenheiro
- FÁBIO KONDER COMPARATO, jurista
- KLEBER MENDONÇA FILHO, cineasta
- LAERTE, cartunista
- JOÃO PEDRO STEDILE, ativista social
- WAGNER MOURA, ator e cineasta
- VAGNER FREITAS, sindicalista
- MARGARIDA GENEVOIS, ativista de direitos humanos
- FERNANDO HADDAD, professor universitário
- MARCELO RUBENS PAIVA, escritor
- MARIA VICTORIA BENEVIDES, socióloga
- LUIZ COSTA LIMA, crítico literário

- CIRO GOMES, político
- LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO, economista
- ALFREDO BOSI, crítico e historiador
- ECLEA BOSI, psicóloga
- LUIS FERNANDO VERÍSSIMO, escritor
- MANUELA CARNEIRO DA CUNHA, antropóloga
- FERNANDO MORAIS, jornalista
- LEDA PAULANI, economista
- ANDRÉ SINGER, cientista político
- LUIZ CARLOS BARRETO, cineasta
- PAULO SÉRGIO PINHEIRO, sociólogo
- MARIA RITA KEHL, psicanalista
- ERIC NEPOMUCENO, jornalista
- CARINA VITRAL, estudante
- LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO, historiador
- ROBERTO SATURNINO BRAGA, engenheiro e político
- ROBERTO AMARAL, cientista político
- EUGENIO ARAGÃO, subprocurador geral da república
- ERMÍNIA MARICATO, arquiteta
- TATA AMARAL, cineasta
- MARCIA TIBURI, filósofa
- NELSON BRASIL, engenheiro
- GILBERTO BERCOVICI, advogado
- OTAVIO VELHO, antropólogo
- GUILHERME ESTRELLA, geólogo
- JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico
- LUIZ ALBERTO DE VIANNA MONIZ BANDEIRA, historiador
- FREI BETTO, religioso e escritor
- HÉLGIO TRINDADE, cientista político
- RENATO JANINE RIBEIRO, filósofo
- ENNIO CANDOTTI, físico
- SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, embaixador
- FRANKLIN MARTINS, jornalista
- MARCELO LAVENERE, advogado
- **BETE MENDES**, atriz
- JOSÉ LUIZ DEL ROIO, ativista político
- VERA BRESSER-PEREIRA, psicanalista
- AQUILES RIQUE REIS, músico
- RODOLFO LUCENA, jornalista
- MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, professora

- JOSÉ MARCIO REGO, economista
- OLÍMPIO ALVES DOS SANTOS, engenheiro
- GABRIEL COHN, sociólogo
- AMÉLIA COHN, socióloga
- ALTAMIRO BORGES, jornalista
- REGINALDO MATTAR NASSER, sociólogo
- JOSÉ JOFFILY, cineasta
- ISABEL LUSTOSA, historiadora
- ODAIR DIAS GONÇALVES, físico
- PEDRO DUTRA FONSECA, economista
- ALEXANDRE PADILHA, médico
- RICARDO CARNEIRO, economista
- JOSÉ VIEGAS FILHO, diplomata
- PAULO HENRIQUE AMORIM, jornalista
- PEDRO SERRANO, advogado
- MINO CARTA, jornalista
- LUIZ FERNANDO DE PAULA, economista
- IRAN DO ESPÍRITO SANTOS, artista
- HILDEGARD ANGEL, jornalista
- PEDRO PAULO ZALUTH BASTOS, economista
- SEBASTIÃO VELASCO E CRUZ, cientista político
- MARCIO POCHMANN, economista
- LUÍS AUGUSTO FISCHER, professor de literatura
- MARIA AUXILIADORA ARANTES, psicanalista
- ELEUTÉRIO PRADO, economista
- HÉLIO CAMPOS MELLO, jornalista
- ENY MOREIRA, advogada
- NELSON MARCONI, economista
- SÉRGIO MAMBERTI, ator
- JOSÉ CARLOS GUEDES, psicanalista
- JOÃO SICSÚ, economista
- RAFAEL VALIM, advogado
- MARCOS GALLON, curador
- MARIA RITA LOUREIRO, socióloga
- ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA, economista
- LADISLAU DOWBOR, economista
- CLEMENTE LÚCIO, economista
- ARTHUR CHIORO, médico
- TELMA MARIA GONÇALVES MENICUCCI, cientista política
- **NEY MARINHO**, psicanalista

- FELIPE LOUREIRO, historiador
- EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA, procuradora
- CARLOS GADELHA, economista
- PEDRO GOMES, psicanalista
- CLAUDIO ACCURSO, economista
- EDUARDO GUIMARÃES, jornalista
- REINALDO GUIMARÃES, médico
- CÍCERO ARAÚJO, cientista político
- VICENTE AMORIM, cineasta
- EMIR SADER, sociólogo
- SÉRGIO MENDONÇA, economista
- FERNANDA MARINHO, psicanalista
- FÁBIO CYPRIANO, jornalista
- VALESKA MARTINS, advogada
- LAURA DA VEIGA, socióloga
- JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA, urbanista
- FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA, historiador
- CRISTIANO ZANIN MARTINS, advogado
- SÉRGIO BARBOSA DE ALMEIDA, engenheiro
- FABIANO SANTOS, cientista político
- NABIL ARAÚJO, professor de letras
- MARIA NILZA CAMPOS, psicanalista
- LEOPOLDO NOSEK, psicanalista
- WILSON AMENDOEIRA, psicanalista
- NILCE ARAVECCHIA BOTAS, arquiteta
- PAULO TIMM, economista
- MARIA DA GRAÇA PINTO BULHÕES, socióloga
- OLÍMPIO CRUZ NETO, jornalista
- RENATO RABELO, político
- MAURÍCIO REINERT DO NASCIMENTO, administrador
- ADHEMAR BAHADIAN, embaixador
- ANGELO DEL VECCHIO, sociólogo
- MARIA THERESA DA COSTA BARROS, psicóloga
- GENTIL CORAZZA, economista
- LUCIANA SANTOS, deputada
- RICARDO AMARAL, jornalista
- BENEDITO TADEU CÉSAR, economista
- AÍRTON DOS SANTOS, economista
- JANDIRA FEGHALI, deputada
- LAURINDO LEAL FILHO, jornalista

- ALEXANDRE ABDAL, sociólogo
- LEONARDO FRANCISCHELLI, psicanalista
- MARIO CANIVELLO, jornalista
- MARIO RUY ZACOUTEGUY, economista
- ANNE GUIMARÃES, cineasta
- ROSÂNGELA RENNÓ, artista
- EDUARDO FAGNANI, economista
- REBECA SCHWARTZ, psicóloga
- MOACIR DOS ANJOS, curador
- REGINA GLORIA NUNES DE ANDRADE, psicóloga
- RODRIGO VIANNA, jornalista
- LUCAS JOSÉ DIB, cientista político
- WILLIAM ANTONIO BORGES, administrador
- PAULO NOGUEIRA, jornalista
- OSWALDO DORETO CAMPANARI, médico
- CARMEM DA COSTA BARROS, advogada
- EDUARDO PLASTINO, consultor
- ANA LILA LEJARRAGA, psicóloga
- CASSIO SILVA MOREIRA, economista
- MARIZE MUNIZ, jornalista
- VALTON MIRANDA, psicanalista
- MIGUEL DO ROSÁRIO, jornalista
- HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI, advogado
- FABIAN DOMINGUES, economista
- KIKO NOGUEIRA, jornalista
- FANIA IZHAKI, psicóloga
- CARLOS HENRIQUE HORN, economista
- BETO ALMEIDA, jornalista
- JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO, advogado
- PAULO SALVADOR, jornalista
- WALTER NIQUE, economista
- CLAUDIA GARCIA, psicóloga
- LUIZ CARLOS AZENHA, jornalista
- RICARDO DATHEIN, economista
- ETZEL RITTER VON STOCKERT, matemático
- ALBERTO PASSOS GUIMARÃES FILHO, físico
- BERNARDO KUCINSKI, jornalista e escritor
- DOM PEDRO CASALDALIGA, religioso
- ENIO SQUEFF, artista plástico
- FERNANDO CARDIM DE CARVALHO, economista

- GABRIEL PRIOLLI, jornalista
- GILBERTO MARINGONI, professor de relações internacionais
- HAROLDO CERAVOLO SEREZA, jornalista e editor
- HAROLDO LIMA, político e engenheiro
- HAROLDO SABOIA, constituinte de 88 e economista
- AFRÂNIO GARCIA, cientista social
- IGOR FELIPPE DOS SANTOS, jornalista
- JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO, economista
- JOSÉ GERALDO COUTO, jornalista e tradutor
- LISZT VIEIRA, advogado e professor universitário
- LÚCIA MURAT, cineasta
- LUIZ ANTONIO CINTRA, jornalista
- LUIZ PINGUELLI ROSA, físico e professor universitário
- MARCELO SEMIATZH, fisioterapeuta
- MICHEL MISSE, sociólogo
- ROGÉRIO SOTTILI, historiador
- TONI VENTURI, cineasta
- VLADIMIR SACCHETTA, jornalista
- ADRIANO DIOGO, político
- MARCELO AULER, jornalista
- MARCOS COSTA LIMA, cientista político
- RAUL PONT, historiador
- DANILO ARAUJO FERNANDES, economista
- DIEGO PANTASSO, cientista político
- ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO, sociólogo
- JOÃO CARLOS COIMBRA, biólogo
- JORGE VARASCHIN, economista
- RUALDO MENEGAT, geólogo
- PATRÍCIA BERTOLIN, professora universitária
- MARISA SOARES GRASSI, procurador aposentada
- MARIA ZOPPIROLLI, advogada
- MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO, economista
- LUIZ ANTONIO TIMM GRASSI, engenheiro
- LIÉGE GOUVÊIA, juíza
- LUIZ JACOMINI, jornalista
- LORENA HOLZMANN, sociologa
- LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA, economista